

## **O impacto do TTIP sobre o desenvolvimento local/territorial na Europa**

O TTIP (*Transatlantic Trade and Investment Partnership*) é um acordo de comércio livre proposto entre os Estados Unidos e a União Europeia. O objetivo principal do TTIP é remover as barreiras regulamentares que restringem os lucros potenciais acumulados por corporações multinacionais de ambos os lados do Atlântico. Se for promulgado, ligará os dois maiores mercados do mundo.

Há quem diga que poderia dinamizar as economias estagnadas da UE, que beneficiariam em cerca de 119 mil milhões de euros por ano. O tratado também poderia resultar numa maior liberdade de escolha e em preços mais baixos tanto para os povos da UE como para os norte-americanos.

No entanto, também há quem declare que o TTIP representa um atentado à soberania dos governos democraticamente eleitos; será irreversível, e terá efeitos devastadores sobre todos os países da Europa, acima de tudo em termos de desenvolvimento local e territorial. Muitas indústrias poderiam sofrer devido ao aumento da concorrência, resultando em menos empregos. Além disso, os EUA e a UE são governados por princípios e leis diferentes, mas o TTIP não leva em conta o significado destas diferenças. As nações europeias serão forçadas a conformar-se com as leis, regulamentos e procedimentos do tratado, que são, na sua maioria, determinados pelas convenções da força dominante – os EUA. O TTIP conduzirá ao fim do modelo europeu social, económico, industrial, cultural e ambiental, dos direitos dos cidadãos, das preferências coletivas e das liberdades dos consumidores. Além disso, o tratado constituirá uma transgressão dos princípios democráticos fundamentais, aderindo ao discurso neoliberal que só acentua as desigualdades, provoca uma rutura do nosso tecido social e rapina os nossos recursos naturais.

### ***Problemáticas***

#### **Agricultura**

Um dos riscos mais severos deste tratado para o desenvolvimento local é o impacto prejudicial sobre a agricultura de pequena escala. Atualmente, através da política agrícola comum, os agricultores europeus recebem grandes subsídios. O comércio dos produtos agrícolas só representa cinco por cento das trocas entre a UE e os EUA, mas é um sector importante para os EUA, um dos maiores produtores e exportadores agrícolas do mundo. Só uma pequena parte das exportações agrícolas dos

EUA vai para a Europa devido a tarifas restritivas, mas um lóbi de produtores americanos quer transformar esta dinâmica. Tanto os lóbis americanos, como europeus, querem alargar o acesso ao mercado, mas a implosão da agricultura local e a perda dos subsídios governamentais em resposta às importações agrícolas baratas é um grande perigo. Nos EUA, existem apenas 2 milhões de explorações agrícolas, enquanto que na Europa existem mais de 13 milhões. Isto significa que uma exploração nos EUA é 13 vezes maior do que uma europeia, o que tem grandes implicações para agricultores pertencentes a pequenas comunidades cuja escala e organização industrial não é comparável.

Nos países que têm abraçado a globalização nas últimas décadas, é cada vez mais difícil os pequenos agricultores competirem com as grandes multinacionais no mercado das importações agrícolas. Os produtos agrícolas continuam a figurar entre os bens mais protegidos e altamente subvencionados do mundo. Os subsídios de exportação e o sistema de apoio aos preços representam quase mil milhões de dólares de despesas quotidianas das nações mais ricas do mundo. O enfoque de muitos debates sobre os subsídios agrícolas é a 'multifuncionalidade' das propriedades familiares. Essencialmente, isto significa que os agricultores não são apenas produtores de bens agrícolas, mas são também cruciais para a manutenção das tradições culturais das suas regiões. O termo 'multifuncional' também sugere que as propriedades locais têm um valor mais importante do que a comida e a fibra que produzem, um valor que não se pode medir em simples termos económicos. O *Land Stewardship Project*, uma organização americana sem fins lucrativos que trabalha para promover a agricultura sustentável e o desenvolvimento de comunidades sustentáveis, define este valor assim: 'uma contribuição para a vitalidade das comunidades rurais (através da agricultura familiar, o trabalho rural e os patrimónios culturais), a diversidade biológica, a recreação e o turismo, a saúde do solo e da água, a bio-energia, a paisagem, a segurança alimentar e o bem-estar dos animais.'<sup>1</sup>

Para certas comunidades agrícolas nos Estados Unidos, estes debates abstratos já representam uma realidade dura. Algumas das regiões rurais nas planícies dos estados do norte já perderam metade das suas populações devido ao encerramento de propriedades familiares e à perda de outros empregos relacionados com a agricultura (entre outros, os abastecedores de peças para tratores). Uma das razões mais significativas para estas perdas foi a disponibilidade de alimentos importados por um preço mais baixo. Uma ocorrência semelhante na Europa revelar-se-ia catastrófica para a subsistência dos pequenos agricultores e camponeses. Mais de 99% do nosso tecido empresarial é composto por pequenas e médias empresas e atualmente existem várias normativas que as defendem contra as grandes empresas e multinacionais. Estas normativas seriam amplamente desfeitas pela introdução do TTIP, permitindo às grandes multinacionais dominar o mercado, prejudicando os processos de desenvolvimento local.

---

1 <http://www.globalization101.org/protecting-family-farms/>

## Alimentação

Tanto a UE como os Estados Unidos têm sectores agrícolas e alimentares altamente intensificados. Se bem que isto pareça eficaz, ignora inúmeros custos sociais, culturais e ambientais. A agricultura industrial, accionada por actores corporativos poderosos, ameaça os recursos naturais dos quais a nossa vida depende e destrói o modo de vida de agricultores e camponeses por todo o mundo. Quaisquer regras e acordos que mantenham este sistema alimentar que não funciona ameaçam o progresso da humanidade sobre questões primordiais tais como a redução da fertilidade dos solos das nossas comunidades, a escassez de água, a contaminação da comida e da água por fertilizantes químicos e a adaptação à mudança do clima.

Por causa disto, em vez de cederem à pressão das grandes corporações no quadro do TTIP para alargar o mercado dos alimentos baratos, os governos deveriam explorar as maneiras como se podem reforçar a produção alimentar local e a comercialização da mesma, estabelecendo ligações positivas entre consumidores e agricultores e apoiando uma agricultura mais sustentável. No entanto, tanto na Europa como nos EUA, as propriedades de pequena escala e as propriedades familiares estão a ser levadas à falência. Com efeito, a abordagem económica e os discursos comerciais atuais (tais como o TTIP) tratam os agricultores como meros produtores de matérias-primas. Essencialmente, eles ignoram o facto de as propriedades produzirem comida para pessoas, serem fundamentais para o desenvolvimento de economias locais e rurais, interagindo com ecossistemas, desempenhando um papel crucial na proteção da biodiversidade.

Um dos aspetos mais ameaçadores do TTIP para os países da UE é a coerência regulamentar exigida pelas condições do tratado – os produtos que são considerados seguros para consumo humano num país ou região são automaticamente aceites no outro. Isto significa que as importações são permitidas mesmo que não correspondam aos padrões específicos do país importador. Várias empresas americanas no sector agro-alimentar estão a aproveitar-se do TTIP para desfazer ou contornar os regulamentos alimentares e agrícolas mais estritos existentes na UE – apesar do facto de estes regulamentos terem sido minuciosamente elaborados através de procedimentos democráticos na UE.

Nos EUA, inúmeras comunidades locais estão a trabalhar arduamente para retomar controlo da sua comida, com um foco especial sobre o consumo de comida localmente cultivada. Isto inclui um ênfase sobre a criação de merendas escolares e outros programas alimentares ligados aos processos de compra pública com o objetivo de priorizar alimentos mais saudáveis, sustentáveis e localmente produzidos. O programa americano '*Farm to School*' também ajuda a interligar escolas com produtores locais. O *Los Angeles Food Policy Council* elabora ainda mais esta ideia através da

inclusão de consumidores locais, agricultores, restaurantes e sistemas escolares, tudo num esforço de priorizar alimentos mais saudáveis e localmente produzidos. Alguns países na Europa estão a tomar medidas semelhantes, como na Itália, que já aproveitou a flexibilidade das regras de contratação local da UE para elaborar programas de merendas escolares que incluem critérios culturais na compra de alimentos locais. Na cidade de Graz, na Áustria, vários restaurantes exibem um sinal com um logotipo contendo as palavras: “*Genuss Region*”, referindo-se à utilização de ingredientes vindo de fontes locais e um compromisso com as tradições de manter ligações com propriedades locais.

Infelizmente, a promulgação do TTIP poria em risco estas experiências de democracia alimentar. O mandato de negociação interna da UE enfatiza que quer implementar novas regras sobre a contratação pública de todos os bens, em todos os sectores e em todos os níveis do governo. Os Estados Unidos também foram explícitos sobre a sua intenção de utilizar o TTIP para lutar contra a promoção das economias locais como barreiras ao comércio. Como resultado, estes critérios de alimentação local, tanto nos EUA como na UE, poderiam ser proscritos sob o TTIP.

Ora, as negociações do TTIP não deveriam criar regras que limitassem a capacidade dos habitantes locais de formar ligações de circuito curto com organizações locais. Ao contrário, qualquer acordo deveria construir um melhor futuro para os povos e o planeta através do reforço de economias alimentares locais, comunidades rurais vibrantes e agricultura biológica.

## **Ambiente**

O TTIP contém uma cláusula que diz respeito aos Tribunais Arbitrais (*Investor State Dispute Settlement*, em inglês) que permitirá às grandes multinacionais processar governos democráticos em “tribunais” privados. Segundo os *Friends of the Earth*<sup>2</sup>, esta cláusula faria com que fosse muito mais difícil os países proibirem ou imporem regulamentos estritos sobre questões ambientais tais como a fraturação hidráulica (ou *fracking*) para o gás de xisto ou outros combustíveis fósseis, por medo de serem obrigados a pagar milhões de euros em compensação. Esta cláusula seria incluída no tratado apesar dos danos ambientais causados pelo *fracking*, e da oposição à cláusula dos residentes e de outros cidadãos. O *fracking* representa a maior ameaça a comunidades locais em termos da destruição do meio ambiente. Conforme Antoine Simon, ativista dos *Friends of the Earth*, dar mais direitos às grandes multinacionais no quadro do TTIP minaria a resistência crescente da Europa ao *fracking*. As empresas de energia teriam o poder de desafiar leis democraticamente promulgadas que salvaguardam o ambiente e a saúde dos cidadãos.

Por outras palavras, esta política prioriza os lucros sobre os povos, a democracia e o planeta. Também vale a pena mencionar que a cláusula dos

---

2 [http://www.foeeurope.org/sites/default/files/foee\\_factsheet\\_isds\\_oct13.pdf](http://www.foeeurope.org/sites/default/files/foee_factsheet_isds_oct13.pdf)

Tribunais Arbitrais estorvaria os esforços dos governos de abordar o tema do aquecimento do planeta e a nossa dependência dos combustíveis fósseis, questões que afetam várias comunidades locais.

## **Emprego**

Quanto à perda de postos de trabalho que muitas vezes resulta dos acordos de comércio livre, a Comissão Europeia já confirmou que o TTIP corre o risco de provocar a perda de mais de um milhão de empregos, segundo o *War on Want*<sup>3</sup>. As empresas serão encorajadas a obter bens e serviços dos estados americanos onde os padrões de trabalho são mais baixos e os direitos sindicais são inexistentes. Numa altura em que as taxas de desemprego na Europa já atingiram níveis recorde, com uma taxa de desemprego dos jovens de mais de 50% em alguns Estados membro da UE, a Comissão Europeia reconhece haver preocupações legítimas relativamente ao facto de as pessoas que ficam sem trabalho por causa do TTIP não serem capazes de encontrar outro emprego. A própria Comissão admite que certos sectores, como a indústria do tomate em Portugal, serão ameaçados pela competição da indústria americana. Diz-se que a criação de outros empregos em outros locais e sectores acabará por compensar esta perda de atividade económica, mas não há quanto a isso nenhuma certeza.

Existem também preocupações sobre a possibilidade de o TTIP conduzir a uma redução das normas laborais vistas como 'barreiras' ao comércio, tais como os acordos coletivos de trabalho que podem ser desafiados por grandes multinacionais porque estes incluem restrições sobre o modelo empresarial dos concorrentes. No passado, os Estados Unidos recusaram-se a ratificar as convenções da OIT sobre as normas laborais fundamentais, tais como a negociação coletiva, a liberdade de associação e o direito de organização. Ainda por cima, cerca de metade dos estados americanos já adotou leis anti-sindicalistas no quadro do conceito do 'direito ao trabalho', o que provoca o colapso das finanças sindicais e permite às empresas reduzir os salários, o seguro de saúde e as pensões dos empregados.

## **Prioridades**

Em resposta à ameaça do TTIP, é necessário formularmos um conjunto de prioridades que podemos começar desde já a aplicar, sendo todas importantes para o combate à lógica dominante do mercado perpetuada por acordos como este.

1. Construir novas economias e melhorar vidas: proteger e reforçar economias alimentares locais, criando empregos estáveis, gratificantes e de alta qualidade no sector agrícola e alimentar.

---

<sup>3</sup> <http://www.waronwant.org/attachments/TTIP%20mythbuster,%20Sept%202014.pdf>

2. Melhorar a vida para as gerações futuras: identificar as melhores práticas ambientais e sociais como base para a elaboração de padrões comuns no sector agrícola e alimentar, acabando com a utilização de subsídios prejudiciais para o ambiente. Precisamos de reduzir o uso de recursos minerais e a emissão de gases que põem em risco o nosso clima.
3. Promover condições de comércio que representem os povos e o ambiente: os interesses dos cidadãos e do ambiente deviam servir de ponto focal num acordo, não os interesses pessoais dos investidores e multinacionais.
4. Introduzir a transparência e a prestação de contas: as organizações públicas e da sociedade civil precisam de ser capazes de responder ao que está a ser discutido e acordado, os investidores e empresas deveriam ser responsáveis pelos impactos sobre os povos e o ambiente.

Estes passos são absolutamente essenciais para protegermos os povos e a natureza. Os padrões de saúde e de segurança devem ser mantidos e melhorados, não desmantelados. Ao mesmo tempo, os modos de vida rurais e as economias locais devem ser promovidos e protegidos. As autoridades precisam de continuar a adoptar uma aproximação cautelosa quando não há evidência científica suficiente para tomar decisões, sobretudo no que diz respeito às tecnologias controversas como a modificação genética. Está em jogo o nosso futuro comum - a nossa comida, a nossa produção agrícola e o nosso meio ambiente.

## **O QUE FAZER**

Assinar uma petição *online*:

ICE - A *Iniciativa Cidadã Europeia auto-organizada* contra o TTIP e CETA: <http://www.cidac.pt/>

Mais informação de sensibilização: <http://www.stop-ttip.org/>

*Luke J. Sawyer*  
(estagiário no CIDAC, outubro de 2014)

## **FONTES**

EurActiv: <http://www.euractiv.com/trade/ttip-challenged-environmental-cr-news-533794>

<http://www.euractiv.com/sections/development-policy/german-ngo-says-ttip-will-undermine-global-food-security-303699>

Degrowth Conference Leipzig: <http://leipzig.degrowth.org/en/2014/08/ttip-reasons-why-the-rest-of-the-world-should-be-aware/>

Quintus - <http://www.movv.org/2014/07/26/ok-sobre-os-tribunais-arbitrais-do-no-capitulo-investor-state-dispute-settlement-isds-do-ttip-do-capitulo-investor-state-dispute-settlement-isds/>

Uni Europa Global Union - [http://www.uniglobalunion.org/sites/default/files/files/news/ttip\\_risks\\_and\\_challenges\\_ue\\_september\\_2013.pdf](http://www.uniglobalunion.org/sites/default/files/files/news/ttip_risks_and_challenges_ue_september_2013.pdf)

The Broker Online - <http://www.thebrokeronline.eu/Blogs/Employment/TTIP-don-t-mention-the-job-losses>

War on Want TTIP Mythbuster - <http://www.waronwant.org/attachments/TTIP%20mythbuster,%20Sept%202014.pdf>

The London Economic - <http://www.thelondoneconomic.com/2014/07/29/the-ttip-threat-to-locally-sourced-food/>

The Heritage Foundation - <http://www.heritage.org/research/reports/2014/09/the-transatlantic-trade-and-investment-partnership-ttip-economic-benefits-and-potential-risks>

Friends of the Earth Europe - [http://www.foeeurope.org/sites/default/files/foee\\_iatp\\_factsheet\\_ttip\\_food\\_oct13.pdf](http://www.foeeurope.org/sites/default/files/foee_iatp_factsheet_ttip_food_oct13.pdf)

Energy Post - <http://www.energypost.eu/pursuit-free-energy-trade-transatlantic-trade-investment-partnership-ttip-endangering-action-climate-change/>

O que esconde a Parceria Transatlântica? - <http://parceriatransatlantica.wordpress.com/>

Health and Environment Alliance European Civil Society Groups - [http://www.env-health.org/IMG/pdf/140516\\_ttip\\_joint\\_statement.pdf](http://www.env-health.org/IMG/pdf/140516_ttip_joint_statement.pdf)